

ANÚNCIO DE INÍCIO

OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS A DA PRIMEIRA EMISSÃO DO

PÁTRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

CNPJ nº 45.829.737/0001-50

Registro da Oferta na CVM: CVM/SRE/RFP/2022/019

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com endereço na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04 (**“Coordenador Líder”**), nos termos do disposto nos artigos 53 e 54-A da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**“CVM”**) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (**“Instrução CVM 400”**), por meio do presente anúncio de início (**“Anúncio de Início”**), comunicam o início da oferta pública de 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) cotas classe A, todas nominativas e escriturais (**“Cotas A”**), da primeira emissão do **PÁTRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA**, inscrito no CNPJ sob o nº 45.829.737/0001-50 (**“Oferta”** ou **“Primeira Emissão”** e **“Fundo”**, respectivamente), constituído sob a forma de condomínio fechado e administrado pelo **BANCO GENIAL S.A.** (atual razão social de Plural S.A. Banco Múltiplo), com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 45.246.410/0001-55, o qual é autorizado pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM nº 15.455, expedido em 13 de janeiro de 2017 (**“Administrador”**). O Fundo tem sua carteira de investimentos gerida pelo **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, sala A, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.461.756/0001-17, autorizado pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 11.789, expedido em 6 de julho de 2011 (**“Gestor”**). A Oferta consistirá na distribuição primária de 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) Cotas A, considerando valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais) por Cota A (**“Preço de Subscrição”**), perfaz o montante total de, inicialmente:

R\$ 170.000.000,00
(cento e setenta milhões de reais)

Todos os termos aqui não definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos no “Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das Cotas A da Primeira Emissão do Patria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura” (“Prospecto Definitivo”).

A Oferta foi registrada na CVM, em 28 de julho de 2022, sob nº CVM/SRE/RFP/2022/019, nos termos da Instrução CVM 578 e da Instrução CVM 400.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado por meio do “Instrumento Particular de Termo de Constituição do Bogotá BG - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado”, celebrado em 23 de março de 2022 pelo Administrador (**“Ato de Constituição do Fundo”**). O “Instrumento Particular de Alteração do Bogotá BG - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado”, celebrado em 04 de maio de 2022 pelo Administrador aprovou, dentre outras deliberações: (i) a alteração da denominação social do Fundo, de “Bogotá BG - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado” para “Patria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura”; e (ii) as informações da primeira emissão de Cotas A do Fundo; e (iii) a contratação do Coordenador Líder para realizar a distribuição das Cotas A da Primeira Emissão (**“Ato de Aprovação”**). A versão vigente do Regulamento foi aprovada por meio do “Instrumento Particular de Alteração do Patria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura” celebrado em 27 de junho de 2022 pelo Administrador (**“Ato do Administrador”** e **“Regulamento”**, respectivamente).

1. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

1.1. A Oferta: A Oferta consistirá na distribuição pública primária das Cotas A, sob o regime de melhores esforços de colocação, a ser realizada na República Federativa do Brasil (**“Brasil”**), em mercado de balcão organizado mantido pela **B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3**, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, sob a coordenação do Coordenador Líder.

Não será admitida a distribuição parcial das Cotas A da Primeira Emissão no âmbito da Oferta.

O Montante Total da Oferta é de, inicialmente, 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) Cotas A, sem considerar o Lote Adicional (conforme definido abaixo), perfazendo um montante de, inicialmente, R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) (**“Montante Total da Oferta”**).

PÁTRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA - FIP-IE

ANÚNCIO DE INÍCIO

Na hipótese de excesso de demanda pelas Cotas, o Coordenador Líder poderá distribuir, por decisão conjunta do Coordenador Líder e do Gestor, um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas inicialmente ofertada, ou seja, de até 340.000 (trezentas e quarenta mil) Cotas A (“**Cotas Adicionais**”), equivalente a R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas ou registro perante a CVM, nos termos do Artigo 14, §2º da Instrução CVM 400 (“**Lote Adicional**”). As Cotas Adicionais poderão ser emitidas, total ou parcialmente, durante o Período de Colocação, nas mesmas condições das Cotas A inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, sendo que a distribuição das Cotas Adicionais, se houver, também será conduzida sob o regime de melhores esforços de colocação, sob a coordenação do Coordenador Líder.

Caso o Montante Total da Oferta seja atingido, o Coordenador Líder, em conjunto com o Gestor, poderão decidir, a qualquer momento, pelo encerramento da Oferta. Caso não venha a ser captado o Montante Total da Oferta durante o Período de Colocação, a Oferta será automaticamente cancelada, sendo o Fundo liquidado.

A Oferta não contará com esforços de colocação das Cotas A no exterior.

Com resultado da Oferta, após o pagamento do comissionamento e demais custos da Oferta, os recursos líquidos arrecadados com a integralização das Cotas A serão utilizados em cumprimento à Política de Investimentos do Fundo.

O Fundo buscará investir, inicialmente, nos Ativos Iniciais descritos no Prospecto Definitivo.

1.2. Autorizações: A Primeira Emissão e a Oferta foram aprovadas pelo Administrador por meio do Ato de Aprovação.

1.3. Público-Alvo da Oferta: A Oferta é destinada a investidores qualificados, tal qual definidos nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 (“**Resolução CVM 30**”), que sejam (i) quaisquer (a) fundos de investimento, clubes de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, em qualquer caso, que sejam domiciliados ou com sede no Brasil; e (b) pessoas físicas ou pessoas jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que (b.i) sejam consideradas investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM 30 (“**Investidores Profissionais**”); ou (b.ii) apresentem ordem de investimento, junto ao Coordenador Líder da Oferta, observada a Aplicação Mínima Inicial, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (“**Investidores Institucionais**”); e (ii) quaisquer pessoas físicas ou pessoas jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não estejam compreendidos na definição de Investidores Institucionais que apresentem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, observada a Aplicação Mínima Inicial e o Limite Máximo de Investimento por Investidor Não Institucional. (“**Investidores Não Institucionais**” e, em conjunto com os Investidores Institucionais, “**Investidores**”). Não serão feitos esforços de venda no exterior.

O Fundo deverá ter, no mínimo, 5 (cinco) Cotistas, sendo que cada Cotista não poderá deter mais do que 40% (quarenta por cento) das Cotas emitidas pelo Fundo ou auferir rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do rendimento total do Fundo, não obstante o disposto na Lei nº 11.478, observadas ainda as regras aplicáveis ao Limite de Participação.

O valor mínimo a ser subscrito por cada Investidor no contexto da Oferta será equivalente a 250 (duzentas e cinquenta) Cotas A, no montante de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) considerando o Preço de Subscrição (“**Aplicação Mínima Inicial**”). Adicionalmente, no âmbito da Oferta, cada Investidor Não Institucional poderá realizar o limite máximo de investimento equivalente à subscrição de 9.999 (nove mil, novecentas e noventa e nove) Cotas A, observado o Limite de Participação, sem considerar as Cotas Adicionais (“**Limite Máximo de Investimento por Investidor Não Institucional**”).

1.4. Quantidade de Cotas A e Preço de Subscrição na Primeira Emissão: O Montante Total da Oferta é de 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) Cotas A, perfazendo um montante de, inicialmente, R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), considerando o Preço de Subscrição.

O Preço de Subscrição será de R\$100,00 (cem reais) por Cota A.

A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição do Montante Total da Oferta durante o Período de Colocação. Após atingido o Montante Total da Oferta, a Oferta poderá ser encerrada a qualquer momento, a critério do Coordenador Líder e do Gestor, desde que sejam respeitados os procedimentos dispostos na seção “4 – Informações relativas à Oferta”, do Prospecto.

O Coordenador Líder poderá, por decisão conjunta do Coordenador Líder e do Gestor, nos termos do Artigo 14, §2º da Instrução CVM 400, distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Cotas A inicialmente ofertada, ou seja, de até 340.000 (trezentas e quarenta mil) Cotas A, equivalente a até R\$34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), nas mesmas condições e no mesmo preço das Cotas A inicialmente ofertadas, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Cotistas ou registro perante a CVM.

Caso seja verificado pelo Coordenador Líder excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Cotas A objeto da Oferta (sem considerar as Cotas Adicionais), não será permitida a colocação de Cotas A perante Pessoas Vinculadas, sendo que nessa hipótese os Pedidos de Reserva e ordens de investimento realizados por Pessoas Vinculadas, conforme o caso, serão automaticamente cancelados, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. **AS PESSOAS VINCULADAS QUE SEJAM INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS E REALIZAREM SEUS PEDIDOS DE RESERVA DURANTE O PERÍODO DE RESERVA PARA**

PESSOAS VINCULADAS NÃO TERÃO SEUS PEDIDOS DE RESERVA CANCELADOS MESMO NO CASO DE EXCESSO DE DEMANDA SUPERIOR EM 1/3 (UM TERÇO) À QUANTIDADE DE COTAS A INICIALMENTE OFERTADA, NOS TERMOS DO INCISO I, ALÍNEA “(C)” DA DELIBERAÇÃO CVM 476. A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS NA SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS A PODE AFETAR NEGATIVAMENTE A LIQUIDEZ DAS COTAS A NO MERCADO SECUNDÁRIO. PARA MAIORES INFORMAÇÕES A RESPEITO DO RISCO DECORRENTE DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS NA OFERTA, VEJA A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” EM ESPECIAL O FATOR DE RISCO “PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS VINCULADAS NA OFERTA” NA PÁGINA 108 DO PROSPECTO DEFINITIVO.

1.5. Características, Vantagens e Restrições das Cotas A: As Cotas A correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo, terão forma nominativa e escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares. Tendo em vista a natureza do Fundo, não haverá resgate de Cotas A a qualquer tempo. O resgate das Cotas A poderá ser feito na data de liquidação do Fundo nos termos previstos no Regulamento.

O patrimônio do Fundo será dividido em 3 (três) classes de cotas, quais sejam, as Cotas A, as Cotas B e as Cotas Amortizáveis, sendo que as Cotas Amortizáveis somente serão originadas em casos excepcionais e por tempo limitado, mediante a conversão de Cotas em Cotas Amortizáveis, nos termos do Capítulo IV do Regulamento.

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo todas nominativas e escriturais em nome de seu titular, conferindo aos Cotistas de uma mesma classe idênticos direitos patrimoniais, políticos e econômicos. As Cotas A e as Cotas B terão os mesmos direitos políticos e econômico-financeiros, exceto somente com relação ao pagamento da Taxa de Gestão e da Taxa de Gestão Complementar, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 19 da Instrução CVM 578.

As Cotas A serão destinadas a Investidores Qualificados, observado o disposto no artigo 16 do Regulamento.

Para informações adicionais sobre os termos e condições aplicáveis às Cotas, vide Seção “6. Sumário do Fundo”, a partir da página 55 do Prospecto ou vide Capítulo VI do Regulamento.

1.6. Patrimônio Líquido mínimo para funcionamento do Fundo: O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais).

1.7. Procedimentos para Subscrição e Integralização de Cotas A: As Cotas A objeto da Oferta são destinadas exclusivamente aos Investidores, observado o disposto no Prospecto e no Regulamento.

Os Investidores deverão, previamente à subscrição e integralização das Cotas A, verificar os termos da Oferta e as características do Fundo, incluindo os riscos inerentes à sua Política de Investimentos. **OS INVESTIDORES DEVEM LER COM ATENÇÃO A SEÇÃO “9. – FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 95 A 108 DO PROSPECTO.**

No ato da subscrição de Cotas A, cada subscritor **(i)** assinar o termo de adesão e ciência de risco ao Regulamento; e **(ii)** se comprometer, de forma irrevogável e irretroatável, a integralizar as Cotas A por ele subscritas em requerimentos de integralização que venham a ser realizadas pelo Administrador, nos termos do Regulamento e do Prospecto. As pessoas que sejam Pessoas Vinculadas deverão atestar esta condição quando da celebração do Pedido de Reserva ou ordem de investimento.

Nos termos da Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021 (“**Resolução CVM 27**”), a Oferta não contará com a assinatura de boletins de subscrição para a integralização pelos Investidores. Para os Investidores Não Institucionais o Pedido de Reserva a ser assinado é completo e suficiente para validar o compromisso de integralização firmado pelos Investidores Não Institucionais, e contém as informações previstas no artigo 2º da Resolução CVM 27.

As Cotas A serão integralizadas na data que vier a ser estabelecida pelo Preço de Subscrição, na Data de Liquidação, por meio de mercado de balcão organizado operacionalizado e administrado pela B3 (Balcão B3), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.

Os Investidores, ao aceitarem participar da Oferta por meio da assinatura ou confirmação eletrônica do Pedido de Reserva ou ordem de investimento, conforme o caso, serão convidados a manifestar, por meio digital ou físico, sua orientação de voto ao Administrador, nos termos do Artigo 32, Parágrafo 5º do Regulamento, para fins de deliberação, **FAVORÁVEL OU NÃO**, ou, ainda, para fins de **ABSTENÇÃO DO VOTO OU IMPEDIMENTO DE VOTO**, a critério exclusivo do Investidor, na Consulta Formal, para deliberar sobre a **(a)** instalação do Conselho Consultivo do Fundo, nos termos do Regulamento, com composição inicial de membros indicados pelo Gestor, e cuja remuneração será paga pelo Fundo, bem como **(b)** ratificar as regras de funcionamento e governança do Conselho Consultivo, e demais critérios previstos no Regulamento para fins da análise e aprovação, pelo Conselho Consultivo, da aplicação de recursos do Fundo em Ativos Alvo representados por ações de Companhias Investidas que estejam enquadrados como potenciais conflito de interesse conforme o Artigo 44 da Instrução CVM 578 e o Artigo 57 do Regulamento.

O Administrador e o Gestor encaminharam para análise e decisão pela CVM, em 04 de maio de 2022, pedido de aprovação de mecanismo prévia por Conselho Consultivo, tendo obtido a decisão da CVM em sentido favorável à implementação do Conselho Consultivo por meio do Ofício nº 179/2022/CVM/SIN/GIFI datado de 17 de junho de 2022 (“**Decisão da CVM**”).

Os 3 (três) membros indicados pelo Gestor para compor o Conselho Consultivo inicialmente, sujeito à aprovação por meio da Consulta Formal para instalação do Conselho Consultivo são:

José Roberto de Mattos Curan: José Roberto é executivo com carreira desenvolvida na área financeira, com mais de 29 (vinte e nove) anos de vivência em instituições bancárias de grande porte (Bancos Francês e Brasileiro, Itaú e Votorantim), atuou em vários segmentos do setor financeiro e desenvolveu relacionamento institucional com os órgãos locais de fomento. Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado, com Especialização em Finanças. Experiente no gerenciamento de áreas comerciais, produtos e operações estruturadas, simultaneamente envolvidas com gestão de riscos e possui contato com todo tipo de produtos bancários locais, inclusive os mais sofisticados na área de Banco de Investimento. Entre 2011 e 2014 foi sócio do escritório Latin Finance Advisory & Research, atuando como advisor e responsável pela área de Assessoria em Project Finance. Entre 2014 e 2016 contribuiu para a implantação do Investment Banking do Banco Original S.A. Em paralelo, atuou em Conselhos de Administração e Fiscal de várias companhias, destacando Grupo Boticario, Museu de Artes de São Paulo - MASP, Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP CPFL Renováveis e CONASA S.A. No momento atua como advisor na Urca Capital Partners, é sócio na Tax Performance, empresa de planejamento tributário, sendo membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Riscos de Alphaville Urbanismo S.A.

José R. Prado Jr: José Prado é sócio das áreas de M&A e Infraestrutura e Financiamento de Projetos do Machado Meyer Advogados. É especialista em Project Finance, operações financeiras internacionais, PPPs, direito administrativo e operações de M&A em setores regulamentados. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo, com mestrado na King's College London, University of London. José Prado possui diversos reconhecimentos recentes, dentre os quais se destaca a publicação da Análise Advocacia 500, edição 2021, como um dos advogados mais admirados de São Paulo nas áreas de Contratos Empresariais, Operações Financeiras e Societário, a The Legal 500, recomendado em Projetos e Infraestrutura como Leading Individuals e pelo Lacca Approved em Bancário e Financeiro, 2020, 2021 e 2022 como Thought Leader.

Antonio Mary Ulrich: Antonio Mary Ulrich é desde 2003 acionista controlador e Diretor Presidente da UMA Incorporações de Imóveis Ltda. De 2003 a 2007, também ocupou o cargo de membro do Conselho de Administração da Empresas de Petróleo Ipiranga S.A. e de 2002 a 2003 foi Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. Graduiu-se em engenharia civil e administração de empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também obteve um MBA pela Georgia Southern University. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Hidrovias do Brasil S/A e membro da Diretoria da FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

A aprovação da instalação do Conselho Consultivo do Fundo, nos termos do Regulamento, é necessária tendo em vista que a atribuição do Conselho Consultivo do Fundo é avaliar e aprovar a realização de transações com partes relacionadas ou com potencial conflito de interesses, ou seja, atribuição original da Assembleia Geral de Cotistas, conforme previsto pela Instrução CVM 578.

A manifestação de voto de cada Investidor por meio de Consulta Formal será realizada sob condição suspensiva e, desde que com orientação de voto favorável à matéria elencada acima, constituirá expressa autorização para aprovação da instalação do Conselho Consultivo do Fundo, nos termos do Regulamento, com composição inicial de membros indicados pelo Gestor, e cuja remuneração será paga pelo Fundo, bem como as regras de governança do Conselho Consultivo.

A manifestação de voto de cada Investidor por meio da Consulta Formal assegurará a possibilidade de orientação de voto contrário pelos Investidores à proposta objeto da deliberação acima. A manifestação de voto de cada Investidor por meio da Consulta Formal será realizada sob condição suspensiva e, desde que com orientação de voto favorável às matérias elencadas na Consulta Formal (conforme indicadas acima), constituirá expressa autorização para aprovação da instalação do Conselho Consultivo do Fundo, com composição inicial de membros indicados pelo Gestor, bem como ratificar as regras de funcionamento e governança do Conselho Consultivo e demais critérios previstos no Regulamento para fins de aprovação de transações com potencial conflito de interesse, nos termos do Regulamento.

Adicionalmente, o Administrador esclarece que, conforme o disposto no Artigo 40, Parágrafo Primeiro, do Regulamento e item 6.1, na página 57 do Prospecto Definitivo, qualquer Cotista ou grupo de Cotistas detentor de, ao menos, de 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas poderá sugerir membros para o Conselho Consultivo, os quais deverão constar do edital de convocação da respectiva Assembleia Geral de Cotistas ou Consulta Formal que deliberar sobre a eleição de seus membros. Para indicar membros ao Conselho Consultivo, os Cotistas que se enquadrem na hipótese acima deverão enviar e-mail para ri.pier@patria.com com o assunto "INDICAÇÃO AO CONSELHO CONSULTIVO" com os dados do candidato indicado, incluindo as informações e documentos que comprovem o atendimento das exigências previstas no Artigo 23 do Regulamento. A sugestão de membros por Cotistas deverá ser realizada até 2 (dois) Dias Úteis antes da data prevista para a divulgação do edital da Consulta Formal para Instalação do Conselho Consultivo e Aquisição de Ativos Alvo, conforme descrito na Seção "Cronograma Indicativo", na página 36 do Prospecto Definitivo. Observado o a seguir descrito, a eventual indicação de candidatos pelos Cotistas, conforme descrito acima, poderá ou não prejudicar os votos manifestados, sob condição suspensiva, consoante a este modelo anexo ao Pedido de Reserva, sem prejuízo da possibilidade de

revogação de tal manifestação de voto, conforme descrito mais abaixo, no item “4.7. Procedimentos para subscrição e integralização de Cotas A”, na página 28 do Prospecto Definitivo. Neste sentido, na hipótese de indicação de membros ao Conselho Consultivo por Cotista ou grupo de Cotistas detentor de, ao menos, de 5% (cinco por cento) das Cotas subscritas, anteriormente à data prevista para a divulgação do edital da Consulta Formal para Instalação do Conselho Consultivo e Aquisição de Ativos Alvo, será realizada nova Consulta Formal aos Investidores contendo os novos membros sugeridos para compor o Conselho Consultivo, possibilitando aos Investidores manifestar novo voto no âmbito da Consulta Formal.

O exercício do direito de voto na forma acima será **FACULTATIVO** e será realizado **sob condição suspensiva, conforme dispõe o Código Civil, de o respectivo Investidor se tornar efetivamente Cotista do Fundo**, em observância aos requisitos previstos no Ofício-Circular nº 1/2021-CVM/SRE. Caso formalizado o voto pelo Investidor, este poderá ser revogado e cancelado, unilateralmente, pelo respectivo Investidor, até o momento da realização da Consulta Formal, mediante envio de e-mail para assembleia@genial.com.vc. Nesse sentido, a manifestação de voto de cada Investidor por meio da Consulta Formal não será realizada de forma irrevogável e irretroatável pelo Investidor.

Será garantido aos Investidores, antes de realizar tal manifestação por meio da Consulta Formal, o acesso a todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto dispostos no Prospecto, no manual de exercício de voto de Cotistas do Fundo e nos demais Documentos da Oferta. Desse modo, o exercício do direito de voto na forma acima indicada será realizado por Investidor que teve acesso aos referidos elementos informativos.

A manifestação de voto de cada Investidor por meio da Consulta Formal assegurará a possibilidade de orientação de voto contrário pelos Investidores às propostas objeto da deliberação acima.

O ADMINISTRADOR E O GESTOR DESTACAM A IMPORTÂNCIA E RECOMENDAM A MANIFESTAÇÃO DOS COTISTAS NO ÂMBITO DA CONSULTA FORMAL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO, TENDO EM VISTA QUE AS MATÉRIAS ACIMA LISTADAS SÃO DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 578.

1.8. Plano de Distribuição: O Coordenador Líder da Oferta, observadas as disposições da regulamentação aplicável, realizarão a distribuição das Cotas A conforme Plano de Distribuição adotado em consonância com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: **(i)** que o tratamento conferido aos subscritores seja justo e equitativo; **(ii)** a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; e **(iii)** que seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder da Oferta.

A Oferta será realizada na forma e condições seguintes:

- (i)** a Oferta terá como público-alvo os Investidores, sendo certo que será permitida a colocação para Pessoas Vinculadas;
- (ii)** após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, foram ser realizadas apresentações para potenciais Investidores, conforme determinado pelo Coordenador Líder nos termos da Instrução CVM 400;
- (iii)** os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais Investidores eventualmente utilizados foram encaminhados à CVM em até 1 (um) Dia Útil após a sua utilização, nos termos da Deliberação CVM nº 818, de 30 de abril de 2019 (“**Deliberação CVM nº 818**”);
- (iv)** observado o disposto no Prospecto e a possibilidade do recebimento de reservas ou ordens de investimento, conforme abaixo, a Oferta somente terá início após **(a)** a concessão do registro da Oferta pela CVM; **(b)** a divulgação deste Anúncio de Início, que está sendo feita em até 90 (noventa) dias contados da concessão do registro da Oferta pela CVM; e **(c)** a disponibilização do Prospecto Definitivo aos Investidores através dos meios previstos no Artigo 54-A da Instrução CVM 400;
- (v)** a partir de **12 de julho de 2022 (inclusive)**, até **28 de julho de 2022 (inclusive)**, nos termos do “Cronograma Indicativo da Oferta” previsto no Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder realizou o recebimento de reservas dos Investidores Não Institucionais; e até **20 de julho de 2022 (inclusive)**, nos termos do “Cronograma Indicativo da Oferta” previsto no Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder realizou o recebimento de reservas dos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas;
- (vi)** os Investidores Não Institucionais indicaram, durante o Período de Reserva, mediante assinatura do Pedido de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, a quantidade de Cotas A que desejam subscrever no âmbito da Oferta, a seu exclusivo critério. Os Pedidos de Reserva serão irrevogáveis e irretroatáveis, exceto nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto e do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, §4º da Instrução CVM 400. Os Investidores Institucionais indicarão sua intenção de subscrever Cotas A mediante o envio de ordem de investimento ao Coordenador Líder até 1 (um) Dia Útil antes da data do procedimento de alocação indicada no Cronograma Indicativo da Oferta;

(vii) no mínimo 10% (dez por cento) do Montante Total da Oferta será destinado, prioritariamente, aos Investidores Não Institucionais, sendo certo que o Coordenador Líder, em comum acordo com o Gestor, poderão aumentar a quantidade de Cotas A da Primeira Emissão inicialmente destinada aos Investidores Não Institucionais, a um patamar compatível com os objetivos da Oferta, até o limite máximo do Montante Total da Oferta (“**Alocação Prioritária**”);

(viii) iniciada a Oferta, os Investidores interessados na subscrição das Cotas A deverão fazê-la perante ao Coordenador Líder da Oferta, a partir da data que será informada no Anúncio de Início, de acordo com o procedimento descrito no Prospecto;

(ix) serão atendidos os Investidores que pertençam ao público-alvo da Oferta, sendo que, em relação aos Investidores Institucionais, serão atendidos apenas aqueles Investidores que, a critério do Coordenador Líder em conjunto com o Gestor, melhor atendam aos objetivos da Oferta, levando em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, bem como a diversificação de Investidores. Em nenhuma hipótese, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica serão utilizadas como critério para seleção e alocação de Investidores Não Institucionais;

(x) na data do procedimento de alocação da Oferta, o Coordenador Líder, posteriormente à obtenção do registro da Oferta e à divulgação do Anúncio de Início e do Prospecto Definitivo, realizará procedimento de alocação, nos termos do Artigo 44 da Instrução CVM 400, para a verificação da demanda pelas Cotas A, observado o disposto nos itens acima com relação à colocação da Oferta, e, em caso de excesso de demanda, para a definição, da quantidade das Cotas Adicionais a serem eventualmente emitidas no âmbito da Oferta. A alocação será realizada exclusivamente aos Investidores tenham realizado Pedidos de Reserva ou ordens de investimento na Oferta em questão, inclusive aqueles considerados Pessoas Vinculadas, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva ou ordem de investimento e desconsiderando-se as frações de Cotas A;

(xi) caso o total de Cotas A objeto dos Pedidos de Reserva apresentados pelos Investidores Não Institucionais, inclusive aqueles que sejam considerados Pessoas Vinculadas, seja inferior ao percentual de Cotas A destinado aos Investidores Não Institucionais, conforme definido pelos Coordenador Líder e pelo Gestor, todos os Pedidos de Reserva não cancelados serão integralmente atendidos, observado que eventuais arredondamentos de Cotas A serão realizados pela exclusão da fração, mantendo-se o número inteiro (arredondamento para baixo), considerando o valor máximo de subscrição indicado no Pedido de Reserva. Entretanto, caso o total de Cotas A correspondente aos Pedidos de Reserva atendidos exceda o percentual destinado aos Investidores Não Institucionais, conforme definido pelo Coordenador Líder e pelo Gestor, as Cotas A destinadas aos Investidores Não Institucionais serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais, inclusive aqueles que sejam considerados Pessoas Vinculadas, segundo a quantidade definida pelos Coordenador Líder e pelo Gestor, sendo que: (i) o limite será o Montante Total da Oferta; (ii) eventuais arredondamentos de Cotas A serão realizados pela exclusão da fração, mantendo-se o número inteiro (arredondamento para baixo); e (iii) será realizado rateio por meio da divisão igualitária e sucessiva das Cotas A entre todos os Investidores Não Institucionais que participaram da Oferta, inclusive aqueles considerados Pessoas Vinculadas, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total de Cotas A destinadas aos Investidores Não Institucionais;

(xii) caso o total de Cotas A objeto das ordens de investimento apresentadas pelos Investidores Institucionais, inclusive aqueles que sejam considerados Pessoas Vinculadas, seja inferior ao percentual de Cotas A destinado aos Investidores Institucionais, após o atendimento dos Investidores Não Institucionais, conforme definido pelo Coordenador Líder e pelo Gestor, todas as ordens de investimento não canceladas serão integralmente atendidas, observado que eventuais arredondamentos de Cotas A serão realizados pela exclusão da fração, mantendo-se o número inteiro (arredondamento para baixo), considerando o valor máximo de subscrição indicado na ordem de investimento. Entretanto, caso o total de Cotas A correspondente às ordens de investimento atendidas exceda o percentual destinado aos Investidores Institucionais, após o atendimento dos Investidores Não Institucionais, conforme definido pelo Coordenador Líder e pelo Gestor, o Coordenador Líder poderá dar prioridade à totalidade ou à parte dos Investidores Institucionais que, no entender do Coordenador Líder, em comum acordo com o Gestor, melhor atendam aos objetivos da Oferta, quais sejam constituir uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas do Fundo e a conjuntura macroeconômica brasileira, bem como criar condições para o desenvolvimento do mercado local de fundos de investimentos em participações em infraestrutura;

(xiii) até o Dia Útil subsequente à data do Procedimento de Alocação, a quantidade de Cotas A alocadas (ajustada, se for o caso em decorrência do procedimento de alocação descrito acima e o valor do respectivo investimento, considerando o Preço de Subscrição, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva e/ou ordem de investimento, conforme aplicável) será informada a cada Investidor pelo Coordenador Líder da Oferta, por meio do seu respectivo endereço eletrônico indicado no Pedido de Reserva e/ou ordem de investimento, conforme aplicável, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência;

(xiv) caso seja verificado pelo Coordenador Líder excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Cotas A objeto da Oferta (sem considerar as Cotas Adicionais), não será permitida a colocação de Cotas A perante Pessoas Vinculadas, sendo que nessa hipótese os Pedidos de Reserva e ordens de investimento realizados por Pessoas Vinculadas, conforme o caso, serão automaticamente cancelados, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400, com exceção daqueles realizados

durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. As Pessoas Vinculadas que sejam Investidores Não Institucionais e realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Cotas A inicialmente ofertada, nos termos do inciso i, alínea “(c)” da Deliberação CVM 476;

(xv) o pagamento de cada uma das Cotas A será realizado na Data de Liquidação, não sendo permitida a subscrição de Cotas A da Primeira Emissão fracionadas;

(xvi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores ou a sua decisão de investimento, nos termos do Artigo 45, §4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos Artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos Artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o Investidor poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva ou ordem de investimento conforme o caso, e revogar sua aceitação à Oferta, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (i) até as 16:00 do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16:00 do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que o Investidor for comunicado diretamente pelo Coordenador Líder da Oferta sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e/ou (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e/ou (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, o Coordenador Líder deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva ou ordem de investimento, conforme o caso, nos termos do Contrato de Distribuição, o Pedido de Reserva e ordem de investimento, conforme o caso, será considerado válido e o Investidor deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso xi acima e venha a desistir do Pedido de Reserva e/ou ordem de investimento, conforme aplicável nos termos do Contrato de Distribuição, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou taxas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada) (“Critérios de Restituição de Valores”), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva e/ou ordem de investimento, conforme aplicável; e

(xvii) caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos Artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos Artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resiliado, mediante autorização prévia da CVM e observado o disposto no Artigo 25 da Instrução CVM 400, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos Investidores o cancelamento da Oferta. Nesses casos, os valores até então integralizados pelos Investidores serão integralmente devolvidos pelo Fundo sem qualquer remuneração ou correção monetária, de acordo com os Critérios de Restituição de Valores, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta, nos termos do Prospecto.

1.9. Recebimento de Reservas: A partir de 12 de julho de 2022, conforme previsto no “Cronograma Indicativo da Oferta” constante do Prospecto, o Coordenador Líder iniciou o procedimento de coleta de intenções de investimentos junto aos Investidores Não Institucionais, incluindo aqueles que sejam Pessoas Vinculadas, no âmbito da Oferta. O recebimento de reservas ocorreu ao longo do Período de Reserva ou do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Os Investidores Não Institucionais indicaram, durante o Período de Reserva, mediante assinatura do Pedido de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, a quantidade de Cotas A que desejavam subscrever, não sendo admitida a reserva de Cotas A fracionadas.

Os Pedidos de Reserva serão irrevogáveis e irretratáveis, exceto nas hipóteses de identificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que alterem substancialmente o risco assumido pelo Investidor, ou a sua decisão de investimento, nos termos do Artigo 45, §4º da Instrução CVM 400.

Para fins de recebimento dos Pedidos de Reserva de subscrição, foi considerado como “Período de Reserva” o período compreendido entre o dia **12 de julho de 2022 (inclusive)** e o dia **28 de julho de 2022 (inclusive)** e será considerado como “Período de Reserva para Pessoas Vinculadas” o período compreendido entre o dia **12 de julho de 2022 (inclusive)** e o dia **20 de julho de 2022 (inclusive)**, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) Dias Úteis o Procedimento de Alocação.

A participação de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas na Oferta, nos termos acima, está sujeita às mesmas restrições impostas aos Investidores Não Institucionais (como limites quanto ao valor do pedido de reserva, restrições à sua participação em uma única instituição intermediária, condições de desistência que não dependam de sua única vontade e sujeição ao rateio em caso de excesso de demanda, entre outras).

O Coordenador Líder recomendou aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que **(i)** lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta, o Regulamento e as informações constantes do Prospecto, especialmente na seção “Fatores de Risco”, na página 95 do Prospecto, que trata, dentre outros, sobre os riscos aos quais o Fundo e a Oferta estão expostos; **(ii)** verificassem com o Coordenador Líder, antes de realizar o seu Pedido de Reserva ou a sua intenção de investimento, a necessidade de manutenção de recursos em conta corrente ou conta de investimento nele aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e **(iii)** entrassem em contato com o Coordenador Líder para obter informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro no Coordenador Líder, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados pelo Coordenador Líder. Uma vez encerrada a Oferta, o Coordenador Líder divulgará o resultado da Oferta mediante divulgação do Anúncio de Encerramento.

Na eventualidade de a totalidade dos Pedidos de Reserva enviados pelos Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Cotas A ofertadas, será realizado rateio por meio da divisão igualitária e sucessiva das Cotas A entre todos os Investidores Não Institucionais que participaram da Oferta, inclusive aqueles considerados Pessoas Vinculadas, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total de Cotas A destinadas aos Investidores Não Institucionais.

Caso seja verificado pelo Coordenador Líder excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Cotas A objeto da Oferta (sem considerar as Cotas Adicionais), não será permitida a colocação de Cotas A perante Pessoas Vinculadas, sendo que nessa hipótese os Pedidos de Reserva e ordens de investimento realizados por Pessoas Vinculadas, conforme o caso, serão automaticamente cancelados, nos termos do Artigo 55 da Instrução CVM 400, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. **AS PESSOAS VINCULADAS QUE SEJAM INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS E REALIZAREM SEUS PEDIDOS DE RESERVA DURANTE O PERÍODO DE RESERVA PARA PESSOAS VINCULADAS NÃO TERÃO SEUS PEDIDOS DE RESERVA CANCELADOS MESMO NO CASO DE EXCESSO DE DEMANDA SUPERIOR EM 1/3 (UM TERÇO) À QUANTIDADE DE COTAS A INICIALMENTE OFERTADA, NOS TERMOS DO INCISO I, ALÍNEA “(C)” DA DELIBERAÇÃO CVM 476.**

1.10. Início e Encerramento da Distribuição de Cotas A da Oferta: A distribuição pública primária das Cotas A terá início a partir do Dia Útil imediatamente subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, encerrando-se em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, sendo que **(a)** após a captação do Montante Total da Oferta, o Coordenador Líder poderá, mediante solicitação do Gestor, decidir, a qualquer momento, pelo encerramento da Oferta; ou **(b)** caso não venha a ser captado o Montante Total da Oferta durante o Período de Colocação, a Oferta será automaticamente cancelada.

Uma vez encerrada a Oferta, o Coordenador Líder divulgará o resultado da Oferta mediante divulgação de Anúncio de Encerramento, nos termos da Instrução CVM 400.

1.11. Ambiente de Negociação das Cotas: No âmbito da Oferta, as Cotas A do Fundo serão depositadas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e negociação no mercado secundário através do Fundos21 – Módulo de Fundos, disponibilizado e operacionalizado pela B3 (Balcão B3). As Cotas A somente poderão ser negociadas pelos Investidores no mercado secundário após o encerramento da Oferta por meio da divulgação do respectivo Anúncio de Encerramento; e a conclusão do trâmite operacional perante a B3 para iniciar a referida negociação.

1.12. Classificação de Risco: A Oferta não conta com classificação de risco.

1.13. Condições da Oferta: A Oferta das Cotas A referentes à Primeira Emissão estará sujeita apenas às condições expressamente informadas no Prospecto.

1.14. Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta: O Administrador, em conjunto com o Coordenador Líder, poderá requerer à CVM autorização para modificar ou revogar a Oferta caso ocorram alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta. Adicionalmente, o Administrador, em conjunto com o Coordenador Líder, poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores ou a fim de renunciar a condição da Oferta previamente estabelecida, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser prorrogado em até 90 (noventa) dias. Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores e posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores eventualmente dados em contrapartida às Cotas A, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos operacionais incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou tarifas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada).

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder da Oferta, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, deverá certificar-se de que os investidores que manifestarem sua adesão à Oferta **(i)** estão cientes de que as condições da Oferta originalmente informadas foram

modificadas; e **(ii)** têm conhecimento das novas condições. Adicionalmente, o Administrador, às expensas do Fundo, divulgará a modificação pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início e, adicionalmente, comunicará diretamente aos investidores que já tiverem aderido à Oferta sobre a referida modificação, para que confirmem, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação do Administrador, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Todos os Investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de **(i)** alteração ou modificação da Oferta; **(ii)** verificação de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, § 4º, da Instrução CVM 400; ou **(iii)** revogação da Oferta, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas A, conforme o disposto no artigo 28 da Instrução CVM 400, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

Modificação da Oferta

Em 14 de julho de 2022, foi divulgado Comunicado ao Mercado da Modificação da Oferta informando sobre a modificação do “Cronograma Indicativo” de etapas da Oferta para refletir a alteração da data de encerramento do Período de Reservas, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400.

Diante da Modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, os Investidores, que já tivessem aderido à Oferta foram comunicados individualmente, por meio de correio eletrônico, a respeito da Modificação da Oferta, para que confirmassem expressamente, até as 16:00 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de recebimento da referida comunicação, seu interesse em manter as respectivas ordens de investimento e Pedidos de Reserva. Em caso de silêncio, foi presumido que os Investidores pretendessem manter a sua aceitação da Oferta.

1.15. Suspensão e Cancelamento da Oferta: Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM:

i. poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: **(a)** esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do pedido de registro; ou **(b)** tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e

ii. deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, ou que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Cotas A, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos operacionais incorridos e com dedução, caso incidentes, dos valores relativos aos tributos ou tarifas (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, o IOF/Câmbio e quaisquer tributos que venham a ser criados e/ou aqueles cuja alíquota atualmente equivalente a zero venha ser majorada).

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

2.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial **(i)** os Artigos 1.368-C a 1.368-F do Código Civil; **(ii)** a Instrução CVM 578; **(iii)** a Lei 11.478; **(iv)** a Instrução CVM 579; e **(v)** o Código ANBIMA.

O Fundo terá, inicialmente, Prazo de Duração de 99 (noventa e nove) anos, contado da data da primeira integralização de Cotas, observado que, caso não ocorra o registro e a listagem das Cotas A em ambiente de bolsa da B3 até final do 5º (quinto) ano após a data da primeira integralização das Cotas, o Fundo entrará em processo de liquidação antecipada, nos termos do Capítulo XVI do Regulamento. (“Prazo de Duração”).

2.2. Público-Alvo do Fundo: O Fundo destina-se exclusivamente à participação de Investidores Qualificados, tal como definidos nos termos da Resolução CVM 30.

2.3. Objetivo e Política de Investimentos: O Fundo tem como política de investimento a realização de investimentos nas Companhias Investidas e nos Ativos Alvo.

O Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Cotistas a valorização do capital investido no longo prazo, com estratégia centrada, preponderantemente, na realização de investimentos em Companhias Investidas com capacidade de geração e distribuição recorrente de dividendos e outras distribuições ao Fundo, conforme detalhado no Regulamento. Com os recursos da Oferta, o Fundo investirá em Companhias Investidas e/ou cotas de fundos de investimento em participações que invistam em Ativos Alvo que se enquadrem na Política de Investimentos.

O Fundo terá como política de investimento a aquisição de Ativos Alvo, conforme mencionado acima. O Gestor priorizará investimento pelo Fundo em Ativos Alvo que adotem ou se comprometam a implementar e monitorar periodicamente boas práticas relacionadas a critérios ESG, conforme disposto no Regulamento.

O Fundo investirá em Companhias Investidas cuja carteira de ativos seja composta majoritariamente por projetos operacionais. Investimentos em Companhias Investidas em fase pré-operacional (i.e., *greenfield*) serão permitidos, desde que realizados por meio de títulos ou valores mobiliários que apresentem **(i)** caráter prioritário de pagamento em relação às ações ordinárias da respectiva Companhia Investida (incluindo, entre outros, ações preferenciais e debêntures simples ou conversíveis); ou **(ii)** proteções para o Fundo em relação à performance de tais ativos pré-operacionais, concedidas e formalizadas contratualmente pela própria Companhia Investida ou pelo vendedor do respectivo título ou valor mobiliário.

2.4. Principais Características das Cotas e Direitos Patrimoniais: O patrimônio do Fundo será representado por até três classes de Cotas. De modo geral, o Fundo contará com as Cotas A e as Cotas B, conforme estabelecido no Regulamento, podendo, em casos excepcionais e por tempo limitado, possuir 3 (três) classes, mediante a conversão de Cotas em Cotas Amortizáveis, nos termos do Capítulo IV do Regulamento.

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, sendo todas nominativas e escriturais em nome de seu titular, conferindo aos Cotistas de uma mesma classe idênticos direitos patrimoniais, políticos e econômicos. As Cotas A e as Cotas B terão os mesmos direitos políticos e econômico-financeiros, exceto somente com relação ao pagamento da Taxa de Gestão e da Taxa de Gestão Complementar, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 19 da Instrução CVM 578.

As Cotas B serão destinadas exclusivamente ao Gestor, aos empregados, diretores e sócios do Gestor e veículos de investimento cujos investidores sejam partes relacionadas ao Gestor. As Cotas B poderão ser depositadas na custódia centralizada da B3, mas não poderão ser negociadas em mercado secundário junto à B3, e não estarão sujeitas ao pagamento da Taxa de Gestão ou da Taxa de Gestão Complementar ao Gestor. Os Cotistas titulares de Cotas B poderão solicitar a conversão de suas Cotas B em Cotas A, nos termos do Artigo 27 do Regulamento.

As Cotas de B serão objeto de Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476, por meio do qual serão emitidas e ofertadas as Cotas B. O início da distribuição da Oferta Restrita de Cotas B, incluindo a subscrição e integralização das Cotas B, ocorrerá após a publicação do Anúncio de Encerramento da presente Oferta de Cotas A.

Os Cotistas terão Direito de Preferência na subscrição de novas Cotas, de acordo com os seguintes critérios: **(i)** terão Direito de Preferência os Cotistas titulares de Cotas da respectiva classe de novas Cotas sendo emitidas, proporcionalmente ao número de Cotas da respectiva classe detido pelo Cotista em relação ao número total de Cotas da respectiva classe em circulação à época da emissão das novas Cotas; **(ii)** caso um Cotista seja titular de Cotas de mais de uma classe e a respectiva Oferta Subsequente seja realizada com a emissão de novas Cotas de mais de uma classe, a preferência descrita neste Parágrafo poderá ser exercida com relação a cada classe de Cotas, proporcionalmente à quantidade de Cotas detida em cada classe; e **(iii)** o exercício do Direito de Preferência (assim como a eventual cessão do Direito de Preferência) deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido pelo Gestor ou pela Assembleia Geral, sendo que a data de corte para apuração dos cotistas elegíveis ao Direito de Preferência será indicada nos documentos que aprovarem a Oferta Subsequente, devendo ser observados, em qualquer caso, os prazos e procedimentos operacionais estabelecidos pela B3.

Como condição à subscrição de Cotas por entidades fechadas de previdência complementar ou por sociedades seguradoras, no âmbito de ofertas do Fundo, se aplicável, o Gestor ou gestoras ligadas ao seu grupo econômico deverão manter, no mínimo, 3% do capital subscrito do Fundo. Caso eventuais Ofertas Subsequentes sejam realizadas por meio de uma oferta pública com esforços restritos de colocação, durante o prazo de 90 dias após a subscrição das Cotas objeto da(s) Oferta(s) Subsequente(s) (ou no prazo determinado pela Instrução CVM 476 ou regulamentação aplicável, se diferente) (ou no prazo determinado pela Instrução CVM 476 ou regulamentação aplicável, se diferente) ("**Prazo de Lockup**"), os subscritores das Cotas estarão impedidos de vender ou de outra forma transferir as Cotas, excetuados os casos de sucessão decorrentes de reorganização societária, sucessão universal e partilha de bens nos termos previstos na legislação aplicável.

As Ofertas Subsequentes de Cotas A e/ou Cotas B serão realizadas mediante ato do Administrador, conforme orientação do Gestor, contra o Capital Autorizado, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Cotistas. As Cotas B serão destinadas exclusivamente às partes mencionadas no Parágrafo 3º do Artigo 19 do Regulamento. Os subscritores de Cotas B deverão obedecer ao Prazo de Lockup após cada subscrição de Cotas B que tenha ocorrido mediante oferta pública com esforços restritos de colocação. Observado o Prazo de Lockup, os Cotistas titulares de Cotas B estarão livres para vender ou de outra forma transferir as Cotas B que vierem a subscrever, desde que **(i)** referida venda ou outra forma de transferência seja realizada de forma privada, fora do ambiente da B3, exclusivamente entre o Gestor, empregados, diretores e sócios do Gestor e de partes relacionadas ao Gestor; ou **(ii)** anteriormente a tal venda ou outra forma de transferência, realizem a conversão das Cotas B a serem transferidas em Cotas A, nos termos do Artigo 27 do Regulamento.

2.5. Limite de Participação: Caso um Cotista venha a deter mais de **(i)** 35% das Cotas, enquanto o capital subscrito do Fundo for inferior a R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais); ou **(ii)** 25% das Cotas, a partir do momento em que o capital subscrito do Fundo seja igual ou superior a R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), referido

Cotista ou grupo de Cotistas integrantes do mesmo grupo econômico não poderão adquirir novas Cotas, e ficarão automaticamente suspensos os seus direitos econômicos e políticos em relação às Cotas que ultrapassarem o Limite de Participação, incluindo, sem limitação, o direito de votar nas Assembleias Gerais de Cotistas.

Enquanto não houver o registro e a listagem das Cotas A em ambiente de bolsa da B3 nos termos do Regulamento, todos os Cotistas se comprometem a informar ao Gestor e ao Administrador, diretamente ou por meio do Coordenador Líder, todas as vezes em que **(a)** realizarem negociações relevantes de Cotas, assim entendidas a negociação ou conjunto de negociações por meio das quais a participação direta ou indireta de um Cotista em Cotas A ultrapassar para cima ou para baixo os patamares de 15% (quinze por cento), 20% (vinte por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do total de Cotas; e/ou **(b)** atingir o Limite de Participação.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do momento em que ocorrer o registro e a listagem das Cotas A em ambiente de bolsa da B3 nos termos deste Regulamento, o Escriturador procederá com a verificação de periodicidade mínima mensal da composição dos Cotistas junto à B3 ou outra entidade em que as Cotas estejam registradas, custodiadas e/ou admitidas à negociação no mercado secundário, bem como o percentual de participação de cada Cotista para fins de observação do Limite de Participação que deverá ser observado por cada Cotista, individualmente.

Adicionalmente ao disposto no acima, caso o Cotista não aliene as Cotas que excedam o Limite de Participação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da notificação pelo Administrador de que trata o parágrafo acima, o respectivo custodiante e/ou intermediário do Cotista deverá efetivar, junto ao depositário central do mercado organizado administrado pela B3, a retirada de suas Cotas que excedam o Limite de Participação para o ambiente escritural diretamente junto ao Escriturador (ou a quem venha a prestar os serviços de escrituração de Cotas). Subsequentemente, o Administrador poderá realizar, automática e compulsoriamente, sem a necessidade de Assembleia Geral de Cotistas, a conversão da quantidade de Cotas que exceda o Limite de Participação na classe de Cotas Amortizáveis, as quais serão mantidas exclusivamente em regime escritural diretamente junto ao Escriturador (ou a quem venha a prestar os serviços de escrituração de Cotas), até que a participação de referido Cotista seja igual ou menor que o Limite de Participação.

As Cotas Amortizáveis serão, automática e compulsoriamente, sem a necessidade de Assembleia Geral de Cotistas, amortizadas integralmente pelo Administrador em, no máximo, 10 (dez) Dias Úteis. Nesse caso, as Cotas Amortizáveis serão amortizadas integralmente pelo valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do menor entre **(i)** o valor patrimonial das Cotas já emitidas, com base no último valor patrimonial divulgado; e **(ii)** o Valor de Mercado, observado o disposto no Parágrafo 7º do artigo 17 do Regulamento.

Para fins de implementação das disposições acima, os Cotistas, ao subscreverem ou adquirirem Cotas, autorizam seus respectivos custodiantes e/ou intermediários a, no Dia Útil imediatamente subsequente ao término do prazo referido no Parágrafo 5º do artigo 27 do Regulamento, efetivarem junto ao depositário central do mercado organizado administrado pela B3 a retirada de suas Cotas para o ambiente escritural diretamente junto ao Escriturador (ou a quem venha a prestar os serviços de escrituração de Cotas).

A conversão das Cotas em Cotas Amortizáveis e transferência das Cotas Amortizáveis para o regime escritural junto ao Escriturador descrita acima dependerá da finalização do procedimento de cadastro do respectivo Cotista junto ao Escriturador de acordo com o procedimento de cadastro do Escriturador.

O valor correspondente à amortização compulsória das Cotas Amortizáveis poderá ser pago em uma ou mais parcelas, em moeda corrente, em até 1 (um) Dia Útil a contar da data da amortização, proporcionalmente ao número de titulares de Cotas Amortizáveis na data de sua amortização, e estará condicionado à manutenção após referido pagamento, em caixa do Fundo, de recursos líquidos que sobejem a soma de **(i)** 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido; e **(ii)** o valor de todas as obrigações de investimento assumidas pelo Fundo. Não havendo valores que sobejem a soma acima suficientes para a amortização total das Cotas Amortizáveis, o saldo pendente poderá ser pago em até 10 (dez) Dias Úteis contados do término do semestre subsequente (ou em data anterior, a exclusivo critério do Gestor), quando novamente será aplicada a regra prevista neste parágrafo, podendo o pagamento do saldo ser sucessivamente prorrogado até o integral pagamento do saldo devido. Caso o pagamento das Cotas Amortizáveis não tenha sido concluído pelo Fundo no prazo de 12 (doze) meses contados da data da determinação da amortização, incidirá sobre a parcela não paga correção monetária pelo IPCA, calculada pro rata die desde a data de determinação da amortização até a data do efetivo pagamento.

Todos os procedimentos descritos acima, incluindo a conversão das Cotas em Cotas Amortizáveis, sua amortização e liquidação financeira, ocorrerão fora do ambiente administrado pela B3, devendo ser integralmente realizados diretamente junto ao Escriturador (ou a quem venha a prestar os serviços de escrituração de Cotas).

2.6. Remuneração dos Prestadores de Serviços: Pela prestação dos serviços referidos no Parágrafo 3º do Artigo 46 do Regulamento, prestados pelo Administrador, e dos serviços de gestão, prestados pelo Gestor, será devida pelo Fundo a remuneração global equivalente a:

i. Para as Cotas A: 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano, com desconto de 0,20% (zero vírgula vinte centésimos) ao ano, nos primeiros 24 (vinte e quatro meses) do Fundo, a partir da data da primeira integralização de Cotas A, sobre o maior valor entre **(i)** o Patrimônio Líquido do Fundo e **(ii)** caso as Cotas A sejam admitidas à negociação em ambiente de bolsa, o Valor de Mercado calculado com base na média diária da cotação de fechamento das Cotas no mês anterior ao do pagamento da remuneração; e

ii. **Para as Cotas B:** a partir da data da primeira integralização de Cotas B, o percentual ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, determinado conforme abaixo:

Patrimônio Líquido do Fundo	Percentual da Remuneração Global
Até R\$ 600.000.000,00	0,1030%
Igual ou maior a R\$ 600.000.000,00 e até R\$ 1.000.000.000,00	0,0815%
Igual ou maior a R\$ 1.000.000.000,00	0,0065%

A remuneração devida ao Administrador (“**Taxa de Administração**”) será calculada diariamente com base no Patrimônio Líquido do dia anterior ou no Valor de Mercado calculado com base na média diária da cotação de fechamento das Cotas no mês anterior ao do pagamento da remuneração, conforme aplicável, à base de 1/252 por Dia Útil, sendo apropriada mensalmente como despesa do Fundo.

A Taxa de Administração será paga no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

A Taxa de Administração engloba os pagamentos devidos pelo Fundo ao Administrador e, conforme previsto no Artigo 47 do Regulamento, ao Gestor, em razão de todos os serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor ao Fundo, incluindo os serviços de administração, gestão, custódia, controladoria e escrituração, e não inclui valores correspondentes aos demais encargos do Fundo, os quais serão debitados do Fundo de acordo com o disposto no Regulamento e na regulamentação vigente. O Administrador poderá conceder descontos temporários sobre suas respectivas parcelas da Taxa de Administração, ao seu exclusivo critério, sem prejuízo do posterior reestabelecimento da Taxa de Gestão aos percentuais previstos no Regulamento.

Não obstante o disposto no *caput* do artigo 46 do Regulamento, o valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), corrigido anualmente pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

A taxa máxima de custódia anual a ser cobrada do Fundo (englobada nos percentuais estabelecidos no Artigo 46) corresponderá a até 0,02% (dois centésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ao ano, paga conjuntamente com a parcela da Taxa de Administração que remunera o Administrador.

A remuneração do Gestor (“**Taxa de Gestão**”) está englobada nos percentuais estabelecidos no Artigo 46 do Regulamento, será cobrada exclusivamente dos Cotistas titulares de Cotas A, e será calculada, provisionada e paga de acordo com o disposto no Artigo 46 e no Contrato de Gestão.

A Taxa de Gestão será provisionada diariamente, considerando apenas Dias Úteis, e paga mensalmente, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Gestor.

Nos termos do Contrato de Gestão, o Gestor poderá conceder descontos temporários sobre a Taxa de Gestão, ao seu exclusivo critério, sem prejuízo do posterior reestabelecimento da Taxa de Gestão aos percentuais previstos no Regulamento.

Na hipótese de destituição do Gestor sem Justa Causa, nos termos do Regulamento, o Gestor fará jus a uma taxa de gestão complementar, equivalente a 36 (trinta e seis) meses da Taxa de Gestão acumulada sobre o Valor de Mercado calculado com base na média diária da cotação de fechamento das Cotas no mês anterior ao dia em que o Administrador enviar notificação acerca da destituição, a qual será devida na data da deliberação de destituição sem Justa Causa e deverá ser paga pelo Fundo com os recursos disponíveis na sua carteira (“**Taxa de Gestão Complementar**”). A Taxa de Gestão Complementar será cobrada exclusivamente dos Cotistas titulares de Cotas A.

2.7. Exercício Social e Demonstrações Contábeis: O exercício social terá a duração de 1 (um) ano, com término no último dia de fevereiro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis previstas na regulamentação vigente. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações contábeis do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM.

3. PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

3.1. Administrador: O Fundo é administrado pelo **BANCO GENIAL S.A.** (atual razão social de Plural S.A. Banco Múltiplo), com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, sala 907, inscrito no CNPJ/ME sob nº 45.246.410/0001-55, o qual é autorizado pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório da CVM nº 15.455, expedido em 13 de janeiro de 2017.

3.2. Gestor: O Fundo tem sua carteira de investimentos gerida pelo **PATRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, sala A, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 12.461.756/0001-17, autorizado pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório nº 11.789, expedido em 6 de julho de 2011.

3.4. Custodiante: O serviço de custódia dos ativos integrantes da carteira, tesouraria e controladoria será prestado pelo Administrador.

3.5. Escriturador: O serviço de escrituração das Cotas será prestado pelo Administrador.

3.6. Distribuição das Cotas A: A Oferta será conduzida pelo Coordeador Líder, acima qualificado, na qualidade de instituição intermediária sob regime de melhores esforços.

3.7. Auditor Independente: Para prestação dos serviços de auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo, será contratada empresa de auditoria registrada na CVM, nos termos do Regulamento.

4. CRONOGRAMA INDICATIVO DE ETAPAS DA OFERTA

Segue, abaixo, um cronograma indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos:

Ordem	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾
1	Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	04/05/2022
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado Disponibilização do Prospecto Preliminar	05/07/2022
3	Início das apresentações de roadshow para potenciais investidores	06/07/2022
4	Início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	12/07/2022
5	Nova divulgação do Prospecto Preliminar e divulgação do Comunicado ao Mercado da Modificação da Oferta	14/07/2022
6	Início do Período de Desistência em decorrência da Modificação da Oferta	15/07/2022
7	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	20/07/2022
8	Encerramento do Período de Desistência em decorrência da Modificação da Oferta	21/07/2022
9	Encerramento do Período de Reserva	28/07/2022
10	Registro da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	28/07/2022
11	Data do Procedimento de Alocação	29/07/2022
12	Data de Liquidação	03/08/2022
13	Data Máxima para Divulgação do Anúncio de Encerramento	24/01/2023

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações, antecipações e atrasos, sem aviso prévio, a critério do Coordenador Líder, mediante solicitação da CVM. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como Modificação da Oferta, seguindo o disposto nos Artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado nas páginas da rede mundial de computadores dos Coordenador Líder, do Administrador e da CVM, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

A PRIMEIRA EMISSÃO E A OFERTA NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NÃO ESTEJAM CAPACITADOS A COMPREENDER E ASSUMIR OS SEUS RISCOS. O INVESTIMENTO NAS COTAS NÃO É ADEQUADO AOS INVESTIDORES QUE (I) NECESSITEM DE LIQUIDEZ IMEDIATA, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (II) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER OS DEMAIS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO “9. – FATORES DE RISCO”, NA PÁGINA 95 DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO. ALÉM DISSO, OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO EM INFRAESTRUTURA TÊM A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, OU SEJA, NÃO ADMITEM A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS. DESSA FORMA, OS SEUS COTISTAS PODEM TER DIFICULDADES EM ALIENAR SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO. A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE BUSQUEM RETORNO DE CURTO PRAZO. O INVESTIMENTO NESTE FUNDO É INADEQUADO PARA INVESTIDORES PROIBIDOS POR LEI DE ADQUIRIR COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA.

NENHUMA DAS DISPOSIÇÕES DESTE ANÚNCIO DE INÍCIO CONSTITUEM GARANTIAS DE RETORNO AOS INVESTIDORES. PARA TANTO, EVENTUAIS COMPROMISSOS, EXPRESSOS OU IMPLÍCITOS, DECLARAÇÕES, VISÕES, PROJEÇÕES E/OU PREVISÕES AQUI CONTIDAS NÃO GARANTEM AOS INVESTIDORES QUE SUBSCREVEREM COTAS A UM RETORNO DE INVESTIMENTO.

AS COTAS A NÃO SERÃO REGISTRADAS NOS TERMOS DO SECURITIES ACT. ASSIM, AS COTAS A NÃO PODERÃO SER OFERTADAS OU DISTRIBUÍDAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE (I) NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; (II) A QUALQUER PESSOA CONSIDERADA UMA US PERSON OU EM BENEFÍCIO DE UMA PESSOA CONSIDERADA UMA US PERSON, CONFORME DEFINIDO NA REGULATION S DO SECURITIES ACT; OU (III) A QUAISQUER TERCEIROS, PARA REVENDA OU REDISTRIBUIÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU A UMA PESSOA CONSIDERADA

UMA US PERSON, EXCETO NOS TERMOS DE UMA ISENÇÃO AOS REQUISITOS DE REGISTRO DO SECURITIES ACT OU MEDIANTE ATENDIMENTO AO SECURITIES ACT E QUAISQUER OUTRAS LEIS E REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

O INVESTIMENTO NAS COTAS A REPRESENTA UM INVESTIMENTO DE RISCO, TENDO EM VISTA QUE É UM INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL E, ASSIM, OS INVESTIDORES QUE PRETENDAM INVESTIR NAS COTAS A ESTÃO SUJEITOS A PERDAS PATRIMONIAIS E RISCOS, INCLUSIVE ÀQUELES RELACIONADOS ÀS COTAS A, AOS SETORES VINCULADOS AOS ATIVOS INICIAIS E AO AMBIENTE MACROECONÔMICO DO BRASIL, CONFORME DESCRITOS NO ITEM 9 “FATORES DE RISCO” DO PROSPECTO (PÁGINAS 95 A 108) E NO REGULAMENTO (CAPÍTULO XVIII), E QUE DEVEM SER CUIDADOSAMENTE CONSIDERADOS ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO. O INVESTIMENTO NAS COTAS A NÃO É, PORTANTO, ADEQUADO A INVESTIDORES AVESSOS AOS RISCOS RELACIONADOS À VOLATILIDADE DO MERCADO DE CAPITAIS.

Para esclarecimentos adicionais a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e do Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede do Coordenador Líder, à sede do Administrador, nos endereços indicados abaixo, ou, ainda, acessar as respectivas páginas mantidas por cada um na rede mundial de computadores (*websites*), conforme indicados abaixo, sendo que o Regulamento e o Prospecto se encontram à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

- **CVM**

Rio de Janeiro: Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, CEP 20050-901, Centro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Telefone: (21) 3554-8686

São Paulo: Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, Bela Vista, CEP 01333-010, São Paulo - SP, Brasil

Telefone: (11) 2146-2000

Website: <https://www.gov.br/cvm/pt-br> (neste *website*, **(a)** em “Pesquisa de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento”, clicar em “Fundos Registrados”, digitar “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA”, digitar o número que aparece ao lado e clicar em “Continuar”, clicar em “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA”, clicar em “Documentos Eventuais”, em seguida selecionar o documento desejado na aba “Tipo de Documento”, indicar a respectiva data na aba “Data”, clicar em “Exibir” e, então, no link do “Aviso ao Mercado”, “ANÚNCIO de Início”, “Prospecto Preliminar” ou na opção desejada; e/ou **(b)** em “Pesquisa de Dados”, clicar em “Central de Sistemas da CVM”, clicar em “Ofertas Públicas”, clicar em “Ofertas de Distribuição”, em seguida em “Ofertas Registradas/Dispensadas”, clicar no valor referente à coluna “PRIMÁRIAS”, na linha “Quotas de FIP/FIC-FIP”, localizar o “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA” e, então, selecionar o “Prospecto Definitivo”).

- **Coordenador Líder**

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon - Cidade do Rio de Janeiro, RJ - CEP 22440-032

At.: Departamento de Mercado de Capitais/Departamento Jurídico

E-mail: dcm@xpi.com.br/juridicomc@xpi.com.br/regulatorio.estrategico@xpi.com.br

Tel.: www.xpi.com.br

Website: www.xpi.com.br (neste *website* acessar “INVESTIMENTOS”, clicar em “OFERTA PÚBLICA”, clicar em “OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DA 1ª EMISSÃO DE COTAS DO PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA” e em seguida localizar o documento).

- **Administrador**

BANCO GENIAL S.A.

Praia de Botafogo, nº 228, sala 907 - CEP 22250-040 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Rodrigo Godoy

E-mail: middleadm@genial.com.br

Tel.: (11) 3206-8000

Website: www.bancogenial.com (neste *website* clicar em “Administração Fiduciária”, clicar em “Fundos Administrados” clicar em “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA”, selecionar “Documentos” e em seguida localizar o documento).

O Regulamento e demais informações do Fundo estão disponíveis nos sites do Administrador e da CVM, a seguir indicados: (i) **do Administrador:** www.bancogenial.com (neste *website*, na aba “Administração Fiduciária clicar em “Fundos Administrados” e selecionar o documento desejado); e (ii) **da CVM:** <https://www.gov.br/cvm/pt-br> (neste *website*, (a) em “Pesquisa de Dados”, clicar em “Fundos de Investimento”, clicar em “Fundos Registrados”, digitar “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA”, digitar o número que aparece ao lado e clicar em “Continuar”, clicar em “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA”, clicar em “Documentos Eventuais”, em seguida selecionar o documento desejado na aba “Tipo de Documento”, indicar a respectiva data na aba “Data”, clicar em “Exibir” e, então, no link do “Aviso ao Mercado”, “Anúncio de Início”, “Prospecto Preliminar” ou na opção desejada; e/ou (b) em “Pesquisa de Dados”, clicar em “Central de Sistemas da CVM”, clicar em “Ofertas Públicas”, clicar em “Ofertas de Distribuição”, em seguida em “Ofertas Registradas/Dispensadas”, clicar no valor referente à coluna “PRIMÁRIAS”, na linha “Quotas de FIP/FIC-FIP”, localizar o “PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA” e, então, selecionar o “Prospecto Definitivo”).

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia, independentemente da anuência do Coordenador Líder da Oferta, sobre o Fundo, o Administrador, o Gestor e a Oferta, o Coordenador Líder alerta os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Regulamento.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE ANÚNCIO DE INÍCIO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO E COM O PROSPECTO DEFINITIVO, PORÉM NÃO OS SUBSTITUEM. AO POTENCIAL INVESTIDOR É RECOMENDADA A LEITURA COMPLETA E CUIDADOSA DO REGULAMENTO E DO PROSPECTO DEFINITIVO AO APLICAR SEUS RECURSOS NO FUNDO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS INFORMAÇÕES QUE TRATAM DO OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E DAS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM SOBRE OS FATORES DE RISCO AOS QUAIS O FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, O INVESTIDOR ESTÃO SUJEITOS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS, CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO “9. - FATORES DE RISCO” NA PÁGINA 95 DO PROSPECTO DEFINITIVO. AINDA QUE O ADMINISTRADOR E O GESTOR MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA O INVESTIDOR. ALÉM DISSO, A RENTABILIDADE QUE VENHA A SER OBTIDA PELO FUNDO NÃO REPRESENTARÁ GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DO COORDENADOR LÍDER OU DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR, GESTOR, DE SEU OBJETIVO OU DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, OU, AINDA, DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS. A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, TAMPOUCO FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM EM 28 DE JULHO DE 2022, SOB O Nº CVM/SRE/RFP/2022/019, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO DA CVM 578 E DA INSTRUÇÃO CVM 400.

LEIA O PROSPECTO DEFINITIVO E O REGULAMENTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO FATORES DE RISCO.

São Paulo, 28 de julho de 2022



COORDENADOR LÍDER



ADMINISTRADOR



GESTOR



PATRIA INFRAESTRUTURA ENERGIA CORE RENDA - FIP-IE

ANÚNCIO DE INÍCIO